

AO(À)
PREGOEIRO(A)/COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APERIBÉ
Aperibé/RJ

Ref.: Reiteração de pedido de impugnação – Licitação nº006/2025 FMS

Objeto: “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA, ENGLOBANDO CESSÃO DO DIREITO DE USO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO, ADEQUAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO DE SAÚDE**”

Prezados(as),

Agradecemos pela pronta resposta da estimada Prefeitura/Fundo Municipal em relação à nossa solicitação anterior e compreendemos o posicionamento apresentado.

Entretanto, respeitosamente, reiteramos nossa manifestação contrária à exigência de **atendimento presencial** constante ou eventual no âmbito do presente certame. Na forma da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente à luz dos princípios da **eficiência (art. 5º, VII)**, **razoabilidade (art. 5º, IX)**, **economicidade (art. 5º, VIII)** e da **promoção da competitividade (art. 37, § 1º)**, entendemos que:

Não há justificativa técnica plausível para a exigência de atendimento presencial em um cenário de contratação de **software como serviço (SaaS)**, cujas atividades de suporte, manutenção e até mesmo treinamento podem — e devem — ser realizadas por meios remotos amplamente utilizados no mercado, como acesso remoto, e-mail, telefone, videoconferência, entre outros.

A exigência de presença física para qualquer atividade relativa a este objeto configura, assim, uma **barreira à livre concorrência**, restringindo indevidamente a participação de empresas qualificadas que atuam fora da localidade da contratante, ainda que plenamente capazes de cumprir o contrato por meios técnicos adequados e modernos.

Nesse contexto, tal cláusula pode representar **vício no edital**, por estabelecer critério desproporcional e tecnicamente injustificado, em desacordo com o §1º do artigo 37 da Lei nº 14.133/2021, que veda exigências excessivas ou irrelevantes que limitem a competitividade.

Diante do exposto,

Solicitamos respeitosamente que a exigência de **atendimento presencial** seja **revista e excluída do edital**, ou, ao menos, que sua necessidade seja tecnicamente fundamentada de forma clara e objetiva no termo de referência, conforme exige o **art. 18, §1º, inciso III e IV da Lei nº 14.133/2021**.

Certos da habitual atenção e compromisso com a legalidade e a competitividade dos certames promovidos por essa Administração, agradecemos pela apreciação desta manifestação.

Atenciosamente,

TECNOZ BRASIL
ROGER CARMO
53.396.742/0001-44
roger@sofint.com.br
21/07/2025